

## A NOÇÃO DE *REPRESENTAÇÃO* APÓS DUAS DÉCADAS DE DEBATES: A PROPÓSITO DO TEXTO *DEFESA E ILUSTRAÇÃO DA NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE ROGER CHARTIER*<sup>44</sup>

*The notion of representation after two decades of debates: apropos on the text of Roger Chartier*  
*Defense and Illustration of the Concept of Representation*

André Dionei Fonseca\*

[andredionei@yahoo.com.br](mailto:andredionei@yahoo.com.br)

Eduardo de Melo Salgueiro\*\*

[eduardomsalgueiro@gmail.com](mailto:eduardomsalgueiro@gmail.com)

**Resumo:** Buscamos neste artigo apresentar a recente discussão feita pelo historiador francês Roger Chartier acerca da noção de “representação”, importante pilar teórico construído no decorrer das últimas duas décadas a fim de nortear os estudos da chamada “Nova História Cultural”. Para tanto, utilizaremos seu mais novo texto publicado no Brasil, intitulado “Defesa e ilustração da noção de representação”, no qual Chartier buscou responder a algumas das críticas que lhe foram feitas. A primeira delas se substancia na ideia de que a ênfase dada às representações afastaria os historiadores da realidade histórica, porque (as representações) a distorce abrindo caminhos para o relativismo; e a segunda se assenta na concepção de que o historiador, ao trabalhar com as representações, estaria propenso a reduzir os documentos do passado somente à sua dimensão textual. Além da resposta de Roger Chartier a estas questões, apresentaremos os principais argumentos desse autor em defesa da disciplina histórica como conhecimento dotado de regras que garantem verossimilhança aos estudos sobre os tempos pretéritos.

**Palavras-chave:** Nova História Cultural. Representações. Roger Chartier.

**Abstract:** We seek to present in this paper the recent discussion made by French historian Roger Chartier about the notion of "representation", important theoretical pillar built during the last two decades to guide the studies of the "New Cultural History". For such purpose, we analyze his newest text published in Brazil, titled "Defense and illustration of the notion of representation" in which Chartier aims to answer some of the criticisms that have been made against him. The first one, is directed to the idea that the emphasis on representations alienate historians of historical reality, because (representations) distorts, and opens avenues for

---

<sup>44</sup> Artigo enviado em 23/04/2013 aceito em 20/08/2013.

\* Doutorando em História Social – FFLCH/USP. Bolsista CAPES. Pesquisador integrante do Grupo de Pesquisa de teoria, metodologia e interpretações na história da historiografia no Brasil (CNPq). Endereço: Rua Francisco José Abrão 410, CEP: 79.011-410. Bairro Cel. Antonino. Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

\*\* Doutorando em História – PPGH/UFGD. Bolsista Capes. Pesquisador integrante do Grupo de Pesquisa de teoria, metodologia e interpretações na história da historiografia no Brasil (CNPq). Rua 7 de setembro, 5034. Vila Cristina. Cep: 79990-000. Amambai-MS.

relativism; and the second is based on the conception that the historian, working with representations, would be likely to reduce the documents of the past only to its textual dimension. Besides Roger Chartier's response to these issues, we present the main arguments of this author in defense of the historical discipline as knowledge with rules that ensure verisimilitude to studies of the past times.

**Ken-Words:** New Cultural History. Representations. Roger Chartier.

*“Com o decorrer dos anos, a noção de representação quase veio a designar por si só a história cultural”.*

Roger Chartier

No curso do século XX a historiografia passou por um processo de intensa renovação que resultou em uma incrível ampliação da noção de fonte histórica, de sofisticação e complexidade conceitual, além do aumento de objetos e métodos que compõem o conhecimento histórico, fruto tanto do amadurecimento da disciplina, quanto das próprias transformações sociais. Em fins do século XIX, na França, a chamada “Escola Metódica” concentrou-se em delimitar quais seriam as fontes fidedignas de consulta para os historiadores (que nesse caso eram essencialmente documentos oficiais). Fortemente influenciados pelo positivismo, os historiadores metódicos acreditavam que as regras do método garantiriam a deontologia necessária para tornar a História uma ciência. Em uma postura antinômica aos metódicos, o movimento inaugurado também em solo francês no final da década de 1920 por Marc Bloch e Lucien Febvre, conhecido como *Annales*, foi um dos principais responsáveis pelo alargamento dos arquivos e dos objetos do historiador, defendendo uma história feita com todos os materiais que eram vestígios da passagem do homem no tempo.

Ao mesmo tempo em que se sedimentava uma estruturada “nova história”, “o breve século XX”, palco de grandes guerras, revoluções e outras tantas agitações sociais, instava os historiadores a permanentemente repensar o *fazer* histórico. Isso significa dizer que nem mesmo devemos entender os *annalistes* como um grupo homogêneo e sem contradições, ainda que possuam uma trajetória “mais ou menos permanente” (REIS, 2010, p. 11). Neste sentido, não foram poucas as correntes históricas e os numerosos conceitos utilizados pelos historiadores durante o interregno que vai, desde o segundo lustro da década de 1920, até os anos de 1980.

A partir dessas considerações, no presente artigo, procuramos fazer uma abordagem acerca de um artigo do eminente historiador *annaliste* Roger Chartier, recentemente publicado no Brasil sob o título *Defesa e ilustração da noção de representação* (2011), em que este autor faz um balanço de uma das mais acolhidas noções na historiografia ocidental após a década de 1980: as *representações*.

Antes disso, contudo, convém situarmos tal concepção no seio do debate historiográfico nas últimas décadas, ainda que em linhas gerais. A noção de representação remonta a períodos bem anteriores ao momento em que Roger Chartier publicava seu texto *Le monde comme représentation*, na revista dos *Annales* no ano de 1989, vinda de áreas como a filosofia, sociologia e a psicologia. É notório, no entanto, o fato de que o termo *representações sociais* tem sido largamente utilizado pela historiografia após a publicação do impactante texto do citado historiador francês.<sup>45</sup>

O momento em que o texto *Le monde comme représentation* fora pensado reclamava rápida ação dos historiadores ao se considerar as constatações demasiado preocupantes daquele contexto: crise das ciências sociais ocasionada pelo desgaste dos sistemas globais de interpretação e, por consequência, dos paradigmas que até então eram baluartes desses modelos explicativos (o estruturalismo e o marxismo, sobretudo), somando-se a isso a descrença no sucesso do modelo socialista praticado no leste europeu que funcionava como mola propulsora dos estudos nas ciências sociais (FUKUYAMA, 1992; FONTANA, 1998; 2004).

Para entendermos o mal-estar desse momento é preciso que retornemos duas décadas na trajetória acadêmica da disciplina de História na França. Com efeito, nas décadas de 1960 e 1970 era curiosa a situação da História no meio acadêmico francês, pois quando esta se preocupava com os dados quantitativos, as conjunturas, a economia, com uma metodologia “cientificamente balizada”, recebia críticas das ciências sociais que, pautadas no modelo das ciências exatas, julgavam possuir instrumentos de “precisão” para inferir sobre os fenômenos sociais. Recorrendo a princípios das recém-institucionalizadas ciências literárias, a História respondia pelo crime de “empirismo” e

---

<sup>45</sup> Esse texto foi publicado no Brasil em língua portuguesa pela revista *Estudos Avançados*, no ano de 1991. Entre suas obras publicadas no Brasil estão: *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude* (UFRGS, 2002), *Práticas de leitura* (Estação Liberdade, 1998), *Aventura do livro - do leitor ao navegador* (UNESP, 1998), *História da leitura no mundo ocidental* (Ática, 1998) e *A ordem dos livros* (UnB, 1998), dentre outras.

“crença no método científico”. É dessa situação de insegurança que surge a chamada *Nouvelle Histoire* (DOSSE, 2003a).

Neste sentido, segundo Chartier, as formulações feitas pelos historiadores da terceira geração já eram uma resposta à perda do espaço da História como disciplina dominante da academia francesa nas décadas de 1960 e 1970. Na concepção desse autor, foi por conta do fato da sofisticação de outras disciplinas, como a linguística e as ciências sociais que os historiadores se viram obrigados a utilizar uma “estratégia de captação, colocando-se nas primeiras linhas desbravadas pelos outros”, pois o que predominava até então era uma história eminentemente econômica e social, herdeira direta das duas primeiras gerações *annalistes*. Surgem então os “novos objetos no seio das questões históricas”, a saber, “as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc” (CHARTIER, 1990, p. 14).

De forma até acentuada, os *annalistes* da terceira geração continuaram com a tradição de buscar na interdisciplinaridade um enriquecimento para a disciplina da história. Entretanto, em contrapartida, isso desencadeou um processo de esfacelamento e pulverização de temas, incorrendo naquilo que Dosse nomeou como uma “história em migalhas” (2003), uma vez que os estudos históricos se tornavam mais específicos e dependentes de outras disciplinas, trazendo consigo, uma espécie de “crise de identidade”, que tornava difícil o estabelecimento das fronteiras da disciplina.

Um dos destaques da terceira geração, e que no debate sobre as *representações* tem sido muito importante, foi a retomada da ideia de *utilização mental* ou *aparelhamento mental*, imortalizada por Lucien Febvre e que havia sido deixada relativamente de lado pela “geração Braudel”. Tal reformulação veio sob o nome de *história das mentalidades*, conceito que aparece pela primeira vez em dois artigos-manifestos, escritos por Georges Duby, em 1962, sob o título de *L’histoire et ses méthodes*, e por Robert Mandrou, em 1968, explicitamente intitulado de *Histoire des mentalités*, conforme informa Dosse (2003) . A filósofa francesa Florence Hulak assinala que no texto de Duby, o autor relega a Febvre o “título” de principal inventor da história das mentalidades (2007, p. 97). Não por acaso, no período que compreende as décadas de 1960 e 1970, “a história das mentalidades procurou se afirmar como [...] disciplina específica do conhecimento histórico” (VAINFAS, 1997, p. 189), ou como

assevera Chartier, “delimitava-se um novo campo, distinto tanto da antiga história intelectual literária como da hegemônica história econômica e social” (CHARTIER, 1990, p. 15).

O estudo das mentalidades tem por fundamento principal a análise do nível inconsciente das práticas sociais, isto é, o pensamento coletivo e automático de uma época (DOSSE, 2003, p. 255). Diferentemente da tradicional história das ideias, a história das mentalidades não vai procurar no individual a marca mental, ou “a construção consciente de uma mente individuada” de um determinado tempo, mas pelo contrário, a “relação entre consciência e o pensamento é, portanto, estabelecida de uma nova maneira (...) enfatizando os esquemas ou os conteúdos de pensamento os quais, mesmo que sejam enunciados sobre o modo individual, dependem, na verdade, dos condicionamentos inconscientes e interiorizados” (CHARTIER, 1990, p. 35) daquilo que uma determinada sociedade tem em comum.

Assim, observa-se que se por um lado os historiadores das mentalidades galgavam amplo sucesso pelo tratamento inédito dado às fontes em diálogo constante com a linguística, a semântica, a sociologia e, principalmente, com a antropologia, por outro lado prendiam-se ainda à lide quantitativa de fontes maciças e seriais. Conforme Chartier:

Majoritariamente, a história das mentalidades construiu-se, pois, ao aplicar a novos objetos os princípios de inteligibilidade previamente provados na história das economias e das sociedades. Por isso suas características específicas: a preferência pelo maior número, portanto à pesquisa da cultura tida como popular, a confiança no numérico e na série, o gosto pela longa duração, o primado conferido ao recorte sócio-profissional. Os traços próprios à história cultural assim definida, que articula a constituição de novas áreas de pesquisa com a fidelidade aos postulados da história social, são a tradução da estratégia da disciplina que se outorgava uma legitimidade científica renovada — garantia da manutenção de sua centralidade institucional — ao recuperar em seu proveito as armas que deveriam tê-la derrubado (CHARTIER, 1991, p. 175).

Deste modo, a chamada história das mentalidades já surgia como um “espectro” que desde o início, tal como relata Jacques Le Goff, se revelava como “um conceito novo e já desgastado”, e que tragado pela moda, parecia, no entanto, já passado de moda. O referido autor levantava a seguinte questão: “É necessário ajudá-la a permanecer ou a desaparecer?”. Ao que nos parece, ele desejava sua permanência, pois

tais palavras foram escritas em um texto que funcionou como um tipo de manifesto em favor àquela abordagem histórica. Esse posicionamento de defesa fica evidente nas palavras desse notável historiador francês ao afirmar que apesar “do seu caráter vago, a história das mentalidades encontrava-se em vias de estabelecer-se no campo da problemática histórica” (LE GOFF, 1976, p. 68-78).<sup>46</sup>

Essas linhas foram escritas e publicadas originalmente em língua francesa no ano de 1974, mas ao que nos parece, conscientemente ou não, Le Goff parecia prever o fim de uma abordagem criticada como ambígua e frágil, ainda que o próprio autor fosse dela um entusiasta. Como ressalta Rust, o medievalista francês tendia para a confecção de uma história “globalizante [...] excessivamente homogeneizadora, incompatível com ambiguidades, com oscilações, com distorções. Eis os ecos de uma noção cara a Jacques Le Goff: a ideia de mentalidade” (2008, p. 10).

A grande falha atribuída à história das mentalidades – e amplamente discutida por autores como, Roger Chartier (1989), Geoffrey Lloyd (1990), Carlo Ginzburg (2006), François Dosse (2003), entre outros –, residia no fato de que ela era efetivamente homogeneizadora e negligenciava as particularidades dos diversos grupos que compõem uma sociedade, além de amarrar os sujeitos nas estruturas de longa duração. Para exemplificar, é conhecido o trecho mais caro a Le Goff, quando diz:

O nível da história das mentalidades é aquele do cotidiano e do automático, é o que escapa aos sujeitos particulares da história, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento, é o que César e o último soldado de suas legiões, São Luís e o camponês de seus domínios, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas têm em comum (LE GOFF, 1976, p. 71).

É igualmente conhecida a crítica feita à citação acima na introdução de “O queijo e os vermes” de Carlo Ginzburg (originalmente publicado em italiano no ano de 1976 e traduzido para o português pela primeira vez somente em 1987), quando o historiador italiano ressalta que uma das características dos estudos daquela corrente historiográfica seria a “insistência nos elementos inertes, obscuros, inconscientes de uma determinada visão de mundo”. Portanto, tal modo de escrever a história seria “terminantemente interclassista”. Esta, como já foi dito, estudava o que tinha em

---

<sup>46</sup> Segundo Vainfas (2009, p. 228), o referido texto de Le Goff, apesar de importante, era “evasivo” e pouco se preocupou em fazer uma discussão conceitual de fôlego acerca do que se propôs, isto é, falar sobre as *mentalidades*.

comum “César e o último soldado de suas legiões, São Luís e o camponês que cultivava suas terras, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas”, havendo um risco muito grande de se chegar “a extrapolações indevidas” (GINZBURG, 2006, p. 28). Além disso, o historiador italiano não deixa de fazer uma considerável crítica a um dos grandes precursores das *utensilagens mentais*, o já citado Lucien Febvre e seu formidável estudo sobre Rabelais, que apresentava, a seu ver, as fragilidades encontradas anos mais tarde nas *mentalidades* da Nova História. Segundo Ginzburg, o criador dos *Annales* também havia caído numa “armadilha desse gênero”:

Num livro inexato, mas fascinante, tentou, através da investigação de um indivíduo – ainda que excepcional, como Rabelais –, identificar as coordenadas mentais de uma era. Enquanto se trata de demonstrar a inexistência de um presumível ‘ateísmo’ em Rabelais, nenhum problema. Entretanto, quando se adentra o terreno da “mentalidade (ou psicologia) coletiva”, sustentando que a religião exercia sobre “os homens do século XVI” uma influência, ao mesmo tempo, profunda e opressora, da qual era impossível escapar, como não escapou Rabelais, a argumentação se torna inaceitável (GINZBURG, 2006, p. 29)

Neste sentido, a história das mentalidades deve ser inserida no bojo de uma concepção que privilegiava a longuíssima duração e o engessamento dos sujeitos. Deste modo, a década de 1980 traria consigo novos desafios aos historiadores e mais uma vez estes teriam de repensar o “fazer histórico” para atender a novas demandas. O desafio era mais profundo do que o enfrentado nas décadas de 1960 e 1970, período em que se contestava, apenas, a prática de pesquisa dos historiadores devido às renovações das ciências sociais. Agora o que estava sendo posto em xeque era o próprio estatuto das ciências sociais. Nessa situação a história teria de passar por profundas revisões, redimensionado as fronteiras com as ciências sociais outrora dominantes (sociologia e etnologia).<sup>47</sup>

Nessa quadratura, quem indicou as sendas que levariam à superação desses desafios foi Roger Chartier. Para esse autor, ao contrário do que sugeria o editorial da Revista *Annales* de 1988,<sup>48</sup> as mudanças operadas na História, nas últimas décadas, não

<sup>47</sup> Um interessante balanço sobre a crise das Ciências Humanas e suas imbricações na História pode ser consultado em: (DOSSE, 2003b; 2004).

<sup>48</sup> O editorial da primavera de 1988 da revista *Annales* sintetizou bem as incertezas do momento em questão como se pode ver na seguinte citação: “Há sessenta anos, os *Annales* construíram seu projeto sobre uma confrontação entre a história e as ciências sociais. Este encontro tomou formas diversas e conheceu sucessos desiguais, mas ele contribuiu para transformar profundamente a paisagem

tinham sido impulsionadas por uma pretensa “crise das ciências sociais”, mas tinham ligações diretas com o distanciamento tomado pelas práticas de pesquisa em relação aos pressupostos que haviam regido o trabalho dos historiadores na segunda metade do século XX. Conforme Chartier três eram essenciais:

o projeto de uma história global, capaz de articular num mesmo apanhado os diferentes níveis da totalidade social; a definição territorial dos objetos de pesquisa, geralmente identificados com a descrição de uma sociedade instalada num espaço particular (uma cidade, uma província, uma região) – que era a condição de possibilidade da coleta e do tratamento dos dados exigidos pela história total; o primado conferido ao recorte social considerado capaz de organizar a compreensão das diferenciações e das partilhas culturais (CHARTIER, 1991. p. 176).

Com o abalo progressivo dessas certezas, abriu-se terreno para uma pluralidade de abordagens e compreensões, que bem caracterizou a terceira geração dos *Annales*. A renúncia ao modelo braudeliano levou à negação do modelo temporal tripartido, o afastamento da geografia dissipou a preocupação com as diferenciações territoriais e, conseqüentemente, com o procedimento de inventário. Com isso, as particularidades cederam lugar às regularidades apreendidas na longa duração (CHARTIER, 1991).

Assim sendo, nas palavras de Chartier, as representações permitem articular – de três modos –, sem dúvida, melhor do que a noção de mentalidades, as diversas relações que os indivíduos ou grupos mantêm com o mundo social:

(...) primeiramente, as operações de recorte e de classificação que produzem as configurações múltiplas graças às quais a realidade é percebida, construída, representada; em seguida, os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma identidade própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto, uma ordem, um poder; enfim, as formas institucionalizadas através das quais ‘representantes’ encarnam de modo visível, ‘presentificam’,

---

historiográfica. Quando a convergência das ciências sociais constituía ao mesmo tempo uma convicção dividida e um horizonte das práticas, os trabalhos de campo, mais circunscritos, faziam ver sobre peças o que podiam ser as vias concretas da troca entre as disciplinas e capitalizavam os ganhos comuns. Em uma conjuntura intelectual favorável e otimista, a revista suscitava, sustentava, acompanhava essas pesquisas que “pelo exemplo e pelo fato” testemunhavam renovação dos objetos, dos questionários, dos procedimentos. Hoje em dia, o tempo parece vindo das incertezas. A reclassificação das disciplinas transforma a paisagem científica, contesta (poderes, supremacias, preeminências) estabelecidos, afeta as vias tradicionais pelas quais circulava a inovação. Os paradigmas dominantes, que se procurava nos marxismos ou nos estruturalismos tanto quanto nos usos inocentes da quantificação, perdem suas capacidades estruturantes, quando se desenvolve, em uma atmosfera de “retorno da China”, uma desconfiança simplista diante de todas as ideologias. Os desenvolvimentos multiformes da pesquisa, enfim, tornam inaceitável o consenso implícito que fundava a unidade do social identificando-a ao real. (*Annales ESC*, 1988, p. 291) (tradução nossa).



a coerência de uma dada comunidade, a força de uma identidade, ou a permanência de um poder (CHARTIER, 2002, p. 169).

A partir de seus estudos sobre o mundo do livro e da leitura, Roger Chartier apontou alguns problemas no entendimento dos *recortes sociais* e das *práticas culturais* nas pesquisas Históricas sob influência da *Nouvelle Histoire*. Chartier inicia o artigo chamando atenção para os falsos debates em torno da divisão entre *objetividade das estruturas* (território considerado mais seguro aos historiadores pelo fulcro em documentos maciços, seriais e quantificáveis que possibilitariam a reconstrução das sociedades tal como eram); em contraponto à *subjetividade das representações* (que estaria ligada a uma história do discurso e se afastaria por isso do real). Chartier divergiu dos principais postulados da história das mentalidades, a saber: a preferência pela longa duração, o quantitativismo, e a psicologização da História. Em contraponto propôs que os estudos preocupados com a cultura dimensionassem as classes sociais que produzem e consomem os bens culturais.

Desse modo, Chartier busca aniquilar as conceituações esquemáticas, dar voz aos grupos silenciados por uma história preocupada com o coletivo, entender as complexas relações dos grupos na sociedade e a tentativa perene de legitimação de suas respectivas identidades em desqualificação de outras. Em suma, as *representações sociais* são determinadas pelos grupos. São percepções do social, discursos que produzem *práticas* e buscam legitimar ou justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas, ou seja, as *representações* demandam *práticas* que resultam na construção de um mundo social e de uma *identidade* (CHARTIER, 1991). A partir dessa afirmação fica fácil entender porque estaria a História Cultural entre *práticas* e *representações*, conforme sugeriu a marcante obra de Chartier (CHARTIER, 1990) e a centralidade dessas duas noções para o entendimento das lutas identitárias dos diferentes grupos na sociedade.<sup>49</sup>

Assim, a história das representações veio como uma alternativa que propunha introduzir novas escalas de análise, capazes de integrar ao social e histórico os atores individuais (SILVA, 1986, p. 82). Por meio desse conceito, mais bem articulado e mais dialético que o de mentalidades (RICOEUR, 2007, p. 228), Roger Chartier defenderá uma definição de história sensível às desigualdades na apropriação (por indivíduos ou

---

<sup>49</sup> Para maiores detalhes sobre as contribuições de Roger Chartier à Nova História Cultural ver: (BARROS, 2005; CARVALHO, 2005).

grupos), de materiais ou de práticas comuns que acabam por desaguar em disputas por representações e classificações que os vários grupos que compõem uma dada sociedade acabam travando entre si (CARDOSO, 2000, p. 12; BARROS, 2005, p. 07).

### *Roger Chartier e a noção de Representação após duas décadas de debates*

Como já mencionamos acima, há pouco mais de vinte anos Roger Chartier publicou nas páginas da célebre revista *Annales* um alentado artigo que iria lhe garantir posteriormente lugar de destaque, não só na historiografia, como também nas ciências humanas. Chartier tornou-se, a partir de então, autor de citação obrigatória em tudo que se escreve sobre a abrangente denominação de “Nova História Cultural”. A noção de “representação” foi entronizada pela historiografia brasileira nos anos noventa e nessa década de amplo desenvolvimento de Programas de Pós-Graduação em História em nosso país, passou a compor, até mesmo, a denominação de diversas linhas de pesquisa e a estruturação teórica de diversos núcleos brasileiros de estudos pós-graduados dessa área de conhecimento.

Os dados levantados pelas pesquisadoras Maria Helena Capelato e Eliane Regina, a partir da análise de 100 dissertações e teses defendidas em diversos programas de pós-graduação em história entre os anos de 1994 e 1997, não deixam quaisquer dúvidas sobre a preeminência da noção de representação nas pesquisas históricas no Brasil dos anos noventa. Os dados evidenciaram também a centralidade de Roger Chartier na instrumentalização teórica dessa noção, porquanto esse autor foi o mais citado entre os historiadores estrangeiros na bibliografia das teses e dissertações analisadas por Capelato e Regina (CAPELATO & REGINA, 2000).

Em recente publicação Diogo da Silva Roiz e Jonas Rafael dos Santos enfrentaram a problemática questão das “transferências culturais na historiografia brasileira” e revelaram um movimento semelhante ao observado por Maria Helena Capelato e Eliane Regina. A partir de farta documentação, os autores demonstraram como se deu a recepção do Marxismo e da “Nova História Cultural” no departamento de história da UNESP, *campus* de Franca, evidenciando que, a partir da década de noventa, houve uma incontestável inclinação dos professores do departamento pesquisado à substituição de termos e conceitos como “ideologia”, “estrutura”, “modos de produção”,

“lutas de classe”, por novas noções como, por exemplo, as “representações sociais”, cuja matriz teórica estava ancorada nos textos de Roger Chartier (ROIZ & SANTOS, 2012, p. 230-231).

Essa tendência já havia sido indicada por Ronald Polito e Carlos Fico em artigo de meados da década de 1990, no qual estes pesquisadores realizaram uma reflexão sobre as teses e dissertações da área de História defendidas no ano de 1995. Polito e Fico destacaram, nos trabalhos acadêmicos analisados, uma migração conceitual de termos como “classe social” para termos como “imaginário”, “práticas”, “memória” e as “representações”. Em face de tal panorama historiográfico os autores indagaram, ainda que sem a pretensão de apresentar uma resposta segura, se essa migração não seria apenas produto de “concessões às modas acadêmicas?”.

Decorridos mais de quinze anos em que esta inquietante dúvida foi lançada pelos argutos observadores Polito e Fico, podemos responder com substancial segurança que não se tratava apenas de mero modismo, mas sim de uma forte tendência teórica que viria a se consolidar na historiografia brasileira na primeira década do século XXI. É importante deixar claro, entretanto, que neste caso, ao falarmos em *consolidação* não estamos nos referindo a um ambiente de absoluta *conciliação*, pois embora não possamos negar a prevalência dos estudos ligados ao amplo horizonte da “Nova História Cultural”, também não devemos esquecer que existem muitos debates em relação a determinados aspectos teóricos que dão sustentação a essa predominante vertente de pesquisa histórica que tem como carro-chefe a noção de representação.

À medida que a chamada “Nova História Cultural” ganhava espaço nos estudos históricos em diversos países, várias discussões foram abertas, principalmente no que se refere às limitações da noção de representação para os estudos históricos. Diante dos questionamentos que foram surgindo, Roger Chartier, autor cujos textos são extremamente importantes para a sustentação teórica da “Nova História Cultural”, buscou refletir e responder às principais críticas que punham em evidência a sua principal categoria de análise: “as representações”.

Os debates se estenderam nas páginas de conceituados periódicos como *Quaderni Storici* e *Journal of Modern History*, e também em diversos textos de Chartier, que no Brasil apareceram reunidos na obra intitulada “À beira da falésia: o historiador entre incertezas e inquietude” em 2002. Em 2009, completava-se vinte anos em que veio a público o texto *Le monde comme représentation* e transcorridas duas

década ainda subsistiam *incertezas e inquietudes* em relação ao amplo projeto de uma “Nova História Cultural” e a noção de representação que a alicerçava.

Foi a partir dessa constatação, que convidamos o professor Roger Chartier a revisitar o tema sobre o qual ele já havia se manifestado em diversos momentos, mas que em função dos vinte anos do artigo *Le monde comme représentation* merecia um olhar retrospectivo do autor. O professor Chartier mostrou-se favorável em retornar a discussão, sobretudo pela importância da noção de representação na historiografia brasileira. Inicialmente realizaríamos uma entrevista, mas no decorrer dos contatos surgiu a proposta de publicação de um texto, que ainda não havia sido veiculado em nenhum meio impresso, no qual o historiador francês realizava um balanço sobre as principais discussões teóricas ligadas às representações. Após o processo de tradução o artigo foi publicado no número 24 do ano de 2011 da revista *Fronteiras* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados com o título *Defesa e ilustração da noção de Representação*.

A publicação desse artigo no Brasil é de especial importância, não só pelo ineditismo do texto, mas também pela centralidade da obra de Chartier, seja nos cursos de graduação em História ou nos programas de pós-graduação de nosso país. Antes de adentrarmos aos argumentos apresentados pelo autor, cabe-nos esclarecer que o artigo foi originalmente escrito para ser apresentado na palestra *Pouvoirs et limites de la notion de représentation* proferida pelo professor Roger Chartier em 07 de maio de 2010 no Colloque franco-allemand "Représentation/Darstellung", realizado pelo Institut Historique Allemand de Paris. Essa característica confere ao texto algumas especificidades em relação ao modelo que comumente encontramos nas revistas especializadas, a exemplo da ausência de notas de rodapé e referências bibliográficas (as referências que aparecem na tradução em língua portuguesa foram inseridas pelos tradutores).

A despeito destas especificidades, o artigo, diminuto no número de páginas, mas de grande amplitude teórica, apresenta uma reflexão aprofundada sobre a “Nova História Cultural”, ora retornando a críticas antigas, ora avançando sobre questionamentos mais recentes. Chartier concentra suas análises em dois polos principais, um direcionado à discussão sobre as contribuições e a validade da noção de representação às pesquisas históricas e outro voltado a uma reflexão mais abrangente sobre os elementos que permitem articular o conhecimento histórico como “uma

representação do passado”, sem deixar de lado, em hipótese nenhuma, o compromisso com “uma explicação adequada da realidade que aconteceu”.

Têm-se, assim, dois interessantes veios de análise: um primeiro tratando especificamente da operacionalidade da noção de representação como categoria de análise para as pesquisas históricas, e um segundo no qual o autor toma um posicionamento claro em defesa do caráter específico do conhecimento histórico em relação às “histórias imaginadas”, por se tratar de um conhecimento guiado por vestígios do passado que são perscrutados pelos historiadores segundo determinados “modelos de inteligibilidade”.

Roger Chartier inicia o texto com uma frase que sintetiza muito bem o lugar de proeminência ocupado pela noção de representação nas últimas duas décadas: “com o decorrer dos anos, a noção de representação quase veio a designar por si só a história cultural” (CHARTIER, 2011, p. 15) Essa centralidade, entretanto, requer um constante esforço de alinhamento dos pressupostos básicos que compõem os estudos históricos, que têm como foco as representações tal como propôs Chartier, pois não foram poucas as críticas que essa noção recebeu no correr dos anos e também não foram poucos os desvios e releituras sobre o uso desse instrumental teórico, em alguns casos chegando, até mesmo, a afastá-lo da proposta original pensada pelo autor.

Em seu texto Chartier destaca dois principais segmentos de críticas à noção de representação: uma crítica “epistemológica” e outra “metodológica”. A primeira crítica se substancia na ideia de que a ênfase nas representações coletivas ou individuais afastaria os historiadores da realidade histórica porque distorcem, ocultam e manipulam a realidade histórica, abrindo caminhos aos relativismos, ceticismo e falsificações. Desse modo, os historiadores deveriam se libertar das representações que, por serem ilusórias e manipuladoras, não permitem que o pesquisador acesse a “realidade do que aconteceu”. Já a segunda crítica, que está assentada em questões metodológicas, coloca-se contra o pretenso “esquecimento do mundo real” por parte dos historiadores, que dão ênfase à noção de representação, um posicionamento que levaria a uma História na qual os documentos seriam reduzidos somente à sua “dimensão textual”.

Para Chartier, os críticos ignoram os comportamentos, as ações e as situações nas quais se produzem e se manifestam os fenômenos sociais, pois “não existe história possível se não se articulam as representações das práticas e as práticas da representação”. Ou seja:

(...) qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas têm razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação Mas essa posição metodológica não significa de modo algum a redução e, menos ainda, a anulação das práticas nos discursos e as representações que as descrevem, as prescrevem, as proíbem ou as organizam. Tampouco implica uma renúncia à inscrição social tanto dos esquemas de percepção e juízo que são as matrizes das maneiras de dizer e fazer, que designei em diversos textos mediante o termo de “apropriação” (CHARTIER, 2011, p. 16).

Na busca de aprofundar seus argumentos em respostas aos críticos, Chartier retoma o interessante exercício, já esboçado em outros textos, de avaliação sobre as diferentes definições e usos da palavra “representação”. Não cabe aqui detalhar esse percurso, minuciosamente detalhado pelo autor em uma rica interlocução com Ernst Kantorowicz, Louis Marin, D. F. Mckenzie e com apoio em referências de peso como o *Dicionário* da língua francesa, publicado por Furetière em 1690, o *Tesouro de la língua castelhana* de Covarrubias de 1611 e o *Dicionário de Autoridades*, publicado em 1737. Apenas compete-nos sublinhar algumas das definições apresentadas por Chartier.

O primeiro sentido diz respeito à representação como uma “imagem que remete à ideia e à memória os objetos ausentes, e que nos apresenta tais como são”. Nessa primeira acepção a representação apresenta-se como elemento que permite ver o “objeto ausente” por meio de uma imagem que o substitui. O vocabulário jurídico e político também compreende a representação nesse mesmo sentido, daí o porquê de o “representante” ter em suas mãos plena autoridade em decidir pelo “representado”.

Porém, esse termo, segundo Chartier também tem uma segunda significação que nos remete à “exibição de algo”, no sentido de “comparecer pessoalmente e exibir as coisas”. Representação, nessa visão, nos remete à apresentação pública de uma coisa ou pessoa que constitui sua própria representação. Chartier destaca outros dois sentidos, nos quais a palavra representação designa a exteriorização de alguma coisa que existe ou que ainda está no plano da imaginação e também a autoridade, a dignidade, o caráter, ou recomendação da pessoa.

Neste ponto, Chartier retoma as contribuições de Louis Marin para a teoria da representação, indicando que este estudioso tem por mérito o fato de manter unida, em suas pesquisas, as duas principais definições dessa noção: a dimensão *transitiva* (na

qual toda *representação* representa algo) e a dimensão *reflexiva* (na qual toda *representação* se apresenta representando algo). A grande lição legada por Marin, desse modo, foi evidenciar a importância de se atentar para os procedimentos de “apresentação da representação”, o que em outras palavras significa dar atenção aos procedimentos que asseguram o funcionamento reflexivo da representação. Em tal perspectiva, o pesquisador deve, ao analisar um quadro, estar atento à moldura, ao enfeite e à decoração, o mesmo sendo válido para o caso de um texto, no qual devem ser observados os dispositivos discursivos e materiais que constituem os seus elementos de enunciação. Para ilustrar a contribuição dessa metodologia, podemos recorrer às reflexões de Roger Chartier sobre o livro e a leitura, uma vez que em suas pesquisas este autor apresenta uma proposta de estudo dos impressos articulada à análise dos diferentes “suportes” pelos quais as mensagens chegam até os leitores, ou seja, um olhar atento não só a mensagem em si, mas também a própria materialidade dos impressos que servem de suporte aos textos, considerando-se que todos estes elementos são importantes para o estudo do universo representacional que está contido nos antigos escritos.

Daí a insistência de Chartier em defender a noção de representação como um bom sucedâneo à chamada história das mentalidades:

Assim construído, o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um *status*, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder (CHARTIER, 2011, p. 20).

Por isso, para Chartier, a noção de representação tem como contribuição inegável possibilitar uma profunda modificação na compreensão do mundo social, permitindo um novo olhar sobre as ações do ser social ou dos grupos sociais que por meio das representações mentais elaboram “signos visíveis” para legitimação de um

poder ou de uma identidade. Como se pode perceber, para Chartier a noção de representação não está longe do real nem do social. O autor assim argumenta:

Então, tal como a entendo, a noção de representação não está longe do real nem do social. Ela ajuda os historiadores a desfazerem-se de sua “muito pobre ideia do real”, como escreveu Foucault, colocando o centro na força das representações, sejam interiorizadas ou objetivadas. As representações possuem uma energia própria que convence o mundo, a sociedade que o passado é mesmo o que elas dizem que é (CHARTIER, 2011, p. 23).

As *representações* estão ligadas às ações dos indivíduos e/ou grupos e só podem ser compreendidas a partir da tensão existente em relação às *práticas*, ou seja, a tensão entre os que tentam impor a sua visão de mundo em busca de sustentação identitária e os que se apropriam, das mais diferentes maneiras, desses discursos, elaborando novas representações que darão sustentação a outros elementos identitários. Por esse motivo Chartier deixa claro em seu texto que:

não existe história possível se não se articulam as representações das práticas e as práticas da representação (...) sempre a representação das práticas têm razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação (CHARTIER, 2011, p. 16).

Essa perspectiva, segundo Chartier, possibilitou um novo olhar sobre as várias realidades essenciais que compõem a sociedade, permitindo análises das relações sociais que abrangem não só o exercício da autoridade em si, mas também a compreensão do processo de construção e adesão aos signos, aos ritos e às imagens que dão legitimidade à autoridade. Dessa forma, tem-se a possibilidade de efetuar um estudo sobre a construção das identidades sociais, considerando que essa construção está imbricada na tensão entre as representações que são impostas pelos que exercem o poder e a “consciência de pertencimento” de cada comunidade que pode operar tanto no sentido de negação, de aceitação ou ainda de negociação, quando ocorre a recusa e/ou consentimento dos modelos impostos.

Ainda no interior do debate acerca da noção de representação, Chartier direciona suas reflexões, em diálogo com autores como Paul Ricoeur, Michel de Certeau, Roland Barthes e Reinhart Koselleck, a uma discussão sobre os critérios de cientificidade que



garantem aos historiadores a produção de um conhecimento dotado de princípios de inteligibilidade e que se desenvolve por meio de operações específicas de pesquisa:

Num tempo em que nossa relação com o passado está ameaçada pela forte tentação de histórias imaginadas e imaginárias, resulta essencial e urgente fazer uma reflexão sobre as condições que permitam considerar um discurso histórico como uma representação e uma explicação adequadas da realidade que aconteceu. Se aceitarmos, em princípio, a distância existente entre o saber crítico e o reconhecimento imediato, veremos que esta reflexão participa do longo processo de emancipação da história em relação com a memória – processo que culmina quando a primeira submete a segunda aos procedimentos de conhecimento próprios do discurso do saber (CHARTIER, 2011, p. 25).

Movido por essa preocupação, na última parte de seu texto, todo o esforço de Roger Chartier concentra-se na demonstração da especificidade do trabalho do historiador na construção da explicação histórica, uma produção singular porque difere da “imediatez da reminiscência”. Ao focar a relação memória/história, obviamente não há a intenção por parte de Chartier de reestabelecer a oposição incondicional entre ambas – como fizeram diversos autores nos séculos XIX e XX –, mas sim mostrar que a “epistemologia da verdade que rege a operação historiográfica e o regime da crença que governa a fidelidade da memória são irreduzíveis [e que] cada um estabelece uma forma de presença do passado e o presente produzidas por procedimentos e operações que não podem ou devem confundir-se” (CHARTIER, 2011, p. 26).

A “operação historiográfica” se dá por meio de uma série de elementos que garantem verossimilhança ao produto final entregue pelo historiador. O texto produzido na “oficina da história” possui características inalienáveis que lhe confere os mínimos requisitos de cientificidade. Ao narrar o passado, o historiador deve ter como referência indícios, provas do “haver sido” que funcionarão como “efeitos de realidade”. Daí o porquê de se recorrer às citações, às fotos, aos documentos, por exemplo. É certo que a presença desses elementos, quando divorciados do compromisso do pesquisador com a verdade, embora não mais com ilusória busca pela verdade absoluta, não pode por si só garantir a fidedignidade de um relato histórico. Chartier exemplifica brilhantemente essa questão ao detalhar em seu artigo o famoso caso do livro de Max Aub, publicado no ano de 1958 na Cidade do México; uma biografia histórica de um pintor catalão, Josep Torres Campalans, que de fato nunca existiu, mas que nas páginas de Max Aub é apresentado sob o amparo de um farto conjunto documental. Para Chartier essa farsa

histórica criada por Max Aub para se livrar das rígidas categorias controladas pela crítica de arte, oferece-nos uma paradoxal e irônica lição, uma vez que: “reafirma a capacidade de distinguir entre o encanto ou a magia da relação com um passado imaginado e imaginário e as operações críticas próprias de um saber histórico capaz de desmascarar as imposturas e estabelecer uma representação do passado situada na ordem de um conhecimento universalmente aceitável” (CHARTIER, 2011, p. 29).

Como se vê, o texto-base da conferência proferida pelo professor Roger Chartier no *Institut Historique Allemand* de Paris é muito mais do que apenas uma “defesa” e “ilustração” da noção de representação. Trata-se, também, de uma entusiasmada defesa da própria disciplina de História como área de conhecimento dotada de um conjunto de regras próprias que lhe garante especificidade em face de outros gêneros textuais. Ou seja, Roger Chartier, ao contrário do que muitos críticos apontaram, em momento algum abandonou a perspectiva da pesquisa como produtora de um conhecimento minimamente verificável, com fulcro em determinadas regras de pesquisa que lhe permitissem a construção de dados, o levantamento de hipóteses, a análise crítica dos resultados, a verificação da validação dos nexos históricos e a verossimilhança das interpretações. Portanto, resulta claro que se equivocam os que veem nas *representações* um caminho incontornável ao *relativismo*.

Deve-se comemorar a publicação em primeira mão desse artigo no Brasil, pois se constitui um privilégio a oportunidade de acompanhar os argumentos desse proeminente autor, após duas décadas da publicação de *Le monde comme représentation*, sobretudo em se tratando de um texto que, por ter sido escrito para ser apresentado em uma conferência, nos passa a sensação, ao lê-lo, de que estamos no papel de privilegiados ouvintes deste historiador de primeira grandeza que é Roger Chartier.

### *Referências bibliográficas*

BARROS, José D'Assunção. A história cultural francesa – caminho de investigação. *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 2, Ano II, nº4. Outubro/Novembro/Dezembro de 2005.

CAPELATO, Maria Helena R.; DUTRA, Eliana Regina de F. Representação Política: O Reconhecimento de um Conceito na Historiografia Brasileira. In: CARDOSO, Ciro

Flamarion; MALERBA, Jurandir. (Org.). *Representações*. Contribuição a um Debate Transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Introdução: Uma opinião sobre as Representações Sociais*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (Org.). *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

CARVALHO, Francisco A. L. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia*. A História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002b.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, vol.5, nº11, Jan./Abr. 1991.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de Representação. *Fronteiras*. v. 13, Nº 24. p. 169-183, 2011.

DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*; tradução Dulce Oliveira Amarante dos Santos; revisão técnica José Leonardo do Nascimento. – Bauru, SP: EDUSC, 2003a.

DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

DOSSE, François. *O império do sentido: a humanização das ciências humanas*. Bauru, SP EDUSC, 2003b.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. Teses e dissertações de história defendidas em 1995. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n.17, p. 167-176, 1996.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

FONTANA, Josep. *História depois do fim da História*. Bauru, SP: Edusc, 1998.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

Les Annales. Histoire et sciences sociales. Un tournant critique?, *Annales ESC*, Mars-avril, 1988, nº 2. p. 291-293.

HULAK, Florence. En avons-nous fini avec l'histoire des mentalités? *Philonsorbone. Revue de l'école doctorale de philosophie de l'université paria 1*. Anné 2007-2008.

LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORRA, Piere. *História: novos objetos*. Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1976.

LLOYD, Geoffrey. *Desmistifying mentalities*. Cambridge University Press. Cambridge, 1990.

REIS, José C. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, 160p. (Coleção FGV de bolso. Série História).

RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Unicamp, 2007.

ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael dos. *As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*. 1. ed. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2012.

RUST, Leandro Duarte. Jacques Le Goff e as representações do tempo na Idade Média. *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais*, Vol. 5, Ano V, nº 2. Abril/Maio/Junho 2008.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Novas tendências na historiografia francesa nos anos 80. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 231-238, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.) – Rio de Janeiro, Campus, 1997.